



Diversidade humana, movimentos sociais e serviço social na realidade lusófona

Sidimara Cristina de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0002-8704-7340>

João Bôsko Hora Góis Góis²

<https://orcid.org/0000-0003-2305-3853>

André Augusto Pereira Brandão³

<https://orcid.org/0000-0002-9245-0273>

Resumo

O artigo apresentado busca discutir a trajetória do Serviço Social brasileiro em sua interlocução com a teoria marxista e com as lutas sociais. Analisa como temas como gênero, raça e sexualidade foram sendo incorporados de modo desigual ao longo do tempo. Aponta avanços e limites da profissão na construção de uma leitura crítica e interseccional das múltiplas expressões da questão social. Destaca ainda a importância dos movimentos sociais e das diretrizes ético-políticas na afirmação da diversidade humana como dimensão estruturante da práxis profissional. Com base em dados atuais, o texto evidencia a assimetria na institucionalização desses temas na produção acadêmica e defende o fortalecimento de abordagens críticas, plurais e comprometidas com a emancipação humana.

Palavras-chave: Diversidade humana; Questão social; Interseccionalidade.

Human Diversity, Social Movements, and Social Work in the Lusophone Context

Abstract

The article discusses the trajectory of Brazilian Social Work in its dialogue with Marxist theory and social struggles, analyzing how issues such as gender, race, sexuality, generation, and disability have been incorporated unequally over time. It highlights advances and limitations in the profession's construction of a critical and intersectional understanding of the multiple expressions of the social question. The text also emphasizes the importance of social movements and ethical-political guidelines in affirming human diversity as a structuring dimension of professional praxis. Based on current data, it reveals the asymmetry in the institutionalization of these themes in academic production and advocates for the strengthening of critical, plural, and socially committed approaches to human emancipation.

Keywords: Human diversity; Social question; Intersectionality.

Tramitação:

Recebido em: 22/07/2025

Aprovado em: 05/08/2025

¹ Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: sidimara.cristina@ufvjm.edu.br

² Doutor em Serviço Social pela Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Boston College. Professor titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: jbhg@uol.com.br

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professor titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: andre.brandao@id.uff.br



Introdução

Não é imprudente afirmar que um dado marcante da trajetória do Serviço Social foi o início e desenvolvimento da sua relação com a teoria marxista e a produção intelectual de caráter crítico e comprometido com os segmentos subalternizados no âmbito das sociedades capitalistas. Tal relação começou a ganhar forma nas décadas de 1960 e 1970 no âmbito do chamado movimento de reconceitualização e foi, em alguma medida, moldada por fatores nacionais e internacionais. No que diz respeito a estes últimos, destacamos a grande efervescência cultural e política que se assistia em diferentes países, como bem se pode ver nas lutas contra o sexismo, racismo, heterossexismo etc.

Já no âmbito nacional, contribuiu para o estabelecimento daquela relação, entre outros fatores, a mudança do cenário político, principalmente o ocaso da Ditadura Militar e a maior aproximação da profissão com movimentos de trabalhadores, com estudantes e com partidos políticos situados mais à esquerda do espectro político. Vale destacar também a contribuição para esse processo do avanço da pós-graduação na área e o crescimento da sua interlocução com as ciências sociais.⁴

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, realizado em 1979, é um marco importante desse processo, pois em muito contribuiu para a intensificação da interlocução em tela e para dar fôlego à inserção do pensamento crítico/marxista, para além da esfera acadêmica, também na esfera profissional do Serviço Social.

Esse processo de aproximação com a tradição marxista foi se aprofundando ao longo dos anos de 1980 e 1990, com impactos diferenciados, mas significativos, na esfera da formação e da intervenção profissional, impactos estes que se manifestaram na elaboração de um novo Código de Ética e das novas Diretrizes Curriculares de 1996, ambos expressando compromissos com as classes trabalhadoras. Tudo isso levou à redefinição conceitual do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho afastando-se da sua autorrepresentação de profissional liberal e ratificando o seu status de atividade especializada da inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Neste sentido, o profissional de Serviço Social passa a ser visto como indivíduo inserido no mercado no qual vende a sua força de trabalho como assalariado

⁴ Os avanços advindos dessa relação não podem esconder o fato de que ela foi também atravessada por diferentes problemas. Um deles foi a apropriação da teoria feita através de manuais e materiais de qualidade questionável nos primeiros e interrompidos anos, seguido de um maior adensamento quando da crise da Ditadura.



uma vez que não possui os meios e condições para a efetivação da sua atividade profissional tampouco para, isoladamente, atender as suas necessidades de sobrevivência. (Iamamoto, 2008).

No bojo daquelas mudanças também se deram alterações, conceituais, temáticas e metodológicas no Serviço Social. Um exemplo modelar foi a adoção da categoria “trabalho” que passa a ser vista como essencial para a elaboração de análises sobre a ordem e dinâmicas capitalistas e imprescindível para a compreensão das sociabilidades sob a égide do capital. (Iamamoto e Carvalho, 2004). Outro exemplo importante foi a consolidação da reflexão sobre a necessidade de superação do capitalismo como ordem vigente para que a emancipação humana se materialize em sua plenitude. No que diz respeito ao trato metodológico ganhou predominância a concepção de que a base da análise da realidade é a sociedade capitalista, as relações sociais e suas contradições, ou seja, a realidade concreta é o ponto de partida das reflexões, sendo entendida não mais como um fato isolado, mas sim como “síntese de múltiplas determinações”, inserida em uma totalidade e relacionada com outros elementos das leis, contradições, crises, formas de superação etc. da sociedade capitalista.

Nos marcos dessa discussão também merece destaque a ampliação da visão sobre a questão social⁵ que vai deixando de ser vista como fenômeno individual e moral. Tal visão vai dar lugar, ao longo dos anos, a uma percepção da questão social como fenômeno coletivo e histórico, mas com o obscurecimento (e porque não dizer eliminação) no campo analítico, de marcadores que não a “classe social”. Contribuíram para isso elementos intelectuais relacionados aos modos de apropriação (reducionista) do marxismo, mas também a

⁵ Indicamos que a nossa posição em relação a uma dada concepção de questão social ainda presente, mesmo que não mais tão predominante, no debate interno do Serviço Social é de oposição. Refiro-me aqui a uma ideia de “questão social” na qual a posição de classe explicaria, por ser subjacente a ela, toda uma série de fenômenos sociais pretéritos e contemporâneos. Esta é uma concepção que referenda a percepção intelectual de que a posição de classe de um grupo ou mesmo um sujeito define a (quase) totalidade de sua trajetória. Sem dúvida que não se deve descartar que nas sociedades capitalistas, em particular dentro do capitalismo periférico, as diferenças de classe não podem de modo algum serem ignoradas. Igualmente, não se pode deixar de lado o fato de que a pobreza e notadamente a “condição de ser ou estar pobre” é um marcador social da maior relevância. Contudo, não devemos buscar nele a explicação para a complexidade dos fenômenos com os quais nos deparamos, seja enquanto acadêmicos, seja enquanto assistentes sociais formuladores, gestores ou executores de políticas sociais, no nosso cotidiano. Ao invés disso, sem excluir aquele marcador, devemos nos manter alerta para a necessidade de utilizarmos uma epistemologia que favoreça a captação da complexidade e, por conseguinte, da multiplicidade de fatores que organizam vida das pessoas e grupos sociais nos marcos da sociabilidade estruturada sob a égide do capital. Para tanto, a ideia de “interseccionalidade” difundida inicialmente por Kimberle Creenshaw (2002) é de grande valia.



posicionamentos políticos, principalmente aqueles que davam como certa de que a superação da divisão de classes sociais seria a primeira e prioritária etapa da luta anticapitalista. Esta perspectiva obviamente trouxe ganhos analíticos e políticos, mas também produziu perdas – notadamente a secundarização, invisibilização e mesmo antagonismo em relação a temas como gênero, raça e orientação sexual que somente viriam a ganhar maior visibilidade à medida que avançava a adoção da concepção de “expressões da questão social”. A lenta, mas contínua emergência de uma perspectiva mais ampliada da questão social gerou a transição desses temas do limbo ao gueto. Isso se deu, contudo, privilegiando determinados temas em detrimento de outros.

Com isso, muitas vezes se manteve uma abordagem setorial e compartimentalizada das desigualdades, dificultando a construção de uma análise interseccional que considerasse as imbricações entre classe, raça, gênero, sexualidade, território e geração. Tal desafio permanece atual e urgente, exigindo a ampliação dos marcos teóricos e políticos que sustentam a leitura da realidade social e das estratégias de enfrentamento das desigualdades. É nesse sentido que se insere o próximo tópico: *As Diversidades em Discussão*, como convite à reflexão crítica sobre os múltiplos sujeitos sociais e suas lutas por reconhecimento, redistribuição e participação social.

As Diversidades em Discussão

É importante ressaltar que a questão da “mulher”, depois transmutada em questão de “gênero”, foi a que primeiro recebeu maior atenção. Isso pode ser associado a uma série de fatores: a) o próprio privilegiamento da “condição feminina” no âmbito do “Serviço Social tradicional” e suas preocupações com a amamentação e puericultura em geral; b) à predominância quantitativa de mulheres no meio profissional desde o seu início; c) à crescente presença de mulheres acadêmicas feministas no interior das universidades e do Serviço Social; d) ao contínuo reconhecimento institucional da problemática da desigualdade entre homens e mulheres no âmbito internacional (vide a realização da I Conferência Internacional da Mulher em 1975) e nacional (criação dos primeiros conselhos estaduais dos direitos da mulher já em 1982 e do nacional em 1985); e) à institucionalização contínua de entidades organizativas, de pesquisa e periódicos sobre o tema, crescente a partir da década de 1980; e) à exposição pública do tema em diferentes mídias a exemplo do programa Malu Mulher e o do quadro “Comportamento Sexual” capitaneado por Martha Suplicy no programa



TV Mulher; f) o aporte de recursos financeiros de financiadoras internacionais como a Fundação Ford e a Fundação MacArthur para ações de combate à violência contra o sexismo e o patriarcado desenvolvido por organizações não-governamentais brasileiras.

Já a questão racial e o racismo – aqui entendidos como constitutivos da própria lógica da formação da sociedade brasileira dado, por exemplo, os impactos do escravismo em nosso meio – somente depois receberá maior atenção. A maior ou menor apreciação do tema no Serviço Social pode ser relacionada a fatores endógenos e exógenos, positivos e negativos.

Um deles é que a partir da transição da década de 1990 para 2000 aportes internacionais para financiar projetos de intervenção, educação e pesquisa, ainda que em menor escala do que aqueles direcionados para os estudos sobre a condição feminina/gênero, começaram a chegar em maior volume. Ao mesmo tempo, reduzindo os impactos do maior aporte financeiro, temos a persistência do mito da democracia racial e a sua crença de que não haveria racismo no Brasil. Tal mito, muitas vezes, até reconhece as desigualdades entre brancos e negros (pretos e pardos), mas não as relacionam a fatores estruturais e sim a elementos conjunturais, os quais seriam desfeitos à medida que novas configurações de sociedade se estabelecessem.

Também influenciou negativamente a difusão da reflexão acadêmica sobre raça e racismo no Serviço Social, a presença (ainda) residual de intelectuais negros(as) nas universidades brasileiras, mesmo naquelas localizadas em estados com grande presença de pretos e pardos na população geral como bem demonstrado na pesquisa de Brito (2018) sobre a Universidade Federal da Bahia.

Por outro lado, como fator, exógeno que influenciou positivamente a difusão do debate sobre raça e racismo no interior da nossa profissão, temos a institucionalização de um crescente número de grupos de pesquisa e a criação de uma associação nacional acadêmica (a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as) relacionada ao tema. Ao mesmo tempo, salientamos que, assim como aconteceu com as mulheres, não se deve subestimar o valor que a institucionalização desses temas dentro do aparato estatal teve para a expansão das discussões em questão.⁶

⁶ Contudo, também aqui observamos diferenças em termos de temporalidade. No caso da esfera federal, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ocorreu em 1985, vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher; o seu equivalente para tratar das questões raciais somente ocorrerá em 2003, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).



Na particularidade histórica do Serviço Social, algumas razões contribuíram e continuam a contribuir positivamente para um certo aumento da visibilidade do tema, entre as quais destacamos: a) o maior empenho das entidades de classe em abordar a questão; b) a necessidade de ampliação e diversificação do espectro temático de pesquisas desenvolvidas majoritariamente nos programas de pós-graduação; c) a maior vocalização de estudantes negros de Serviço Social na expressão das suas necessidades e da importância de as faculdades da área abraçarem o tema em questão.

Esse conjunto de fatores positivos, todavia, não tem sido suficiente para que a discussão sobre relações raciais ocupe um lugar mais proeminente no campo do Serviço Social. Se pensarmos a questão racial conjuntamente com a questão étnica (como é costumeiro se fazer em tal campo), a problemática da invisibilidade somente se agrava. Pensemos, por exemplo na questão indígena e o até muito recentemente profundo silêncio sobre ela no meio profissional, seja na esfera acadêmica, seja no campo da intervenção. Estudo por nós realizado (2023) sobre a reflexão a respeito da questão indígena circulante no Serviço Social evidenciou resultados quase desoladores. Tal estudo evidenciou que no período de 21 anos foram publicados somente 41 artigos no total de 12 revistas da área.

É necessário fazer essa reflexão levando em conta a ambiência nacional na qual a concretude da questão dos chamados povos originários se encontra. Ao fazê-lo, é relevante, logo de saída, pensar em questões profundas relacionadas à percepção coletiva sobre a própria “condição de ser humano” de tais povos. Não cabe aqui comparações, mas é viável indagar se a população indígena não é ainda mais despida de sua condição humana do que a população negra. Talvez, em função disto, observe-se, por exemplo, dentro e fora do Serviço Social, um certo silêncio sobre o processo de genocídio a que ambas estão submetidas. No caso dos povos originários, tal genocídio vem sendo feito por setores do agronegócio, latifundiários, agentes ligados à exploração de madeira etc. Mas também pelos diferentes entes subnacionais do Estado brasileiro. Isso ocorreu mesmo no contexto de governos mais progressistas tal qual o do Partido dos Trabalhadores como se vê nos debates e desdobramentos práticos sobre a construção e funcionamento da usina de Belo Monte e seus impactos deletérios sobre os povos originários da região.⁷

⁷ Igualmente importante de se levar em consideração aqui, no que tange ao genocídio da população indígena, é o debate atual sobre o chamado “marco temporal” e as suas implicações práticas sobre os direitos dessa população à sua terra e à preservação dos seus modos de vida.



Ainda sobre o debate acerca dos povos originários no Serviço Social cabe dizer que ele não é muito preliminar apenas na esfera acadêmica. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem realizado um esforço significativo de atribuir importância aos dilemas políticos, econômicos e sociais dos grupos mais vulneráveis. Contudo, no que pudemos identificar, a questão indígena aparece, por exemplo, nas suas publicações, somente no ano de 2023, um produto decorrente de um seminário internacional realizado em 2022.

Tão ou mais subordinada do que a questão indígena é questão das sexualidades e identidades de gênero, particularmente o que poderíamos chamar de “identidades e sexualidades dissidentes”. No Serviço Social, a discussão a respeito dos comportamentos sexuais tem uma longa história. Com efeito, desde os seus primórdios ela é um objeto de preocupação dos seus agentes. Mas isso era feito sob lentes extremamente conservadoras e com preocupações sob as chamadas “baixas condições morais” de homens, mulheres e crianças pobres. Não identificamos, no curso das nossas pesquisas, um movimento progressivo de alterações nesse padrão de percepção. Ao contrário, durante o movimento de “modernização conservadora” (Netto, 2016) parece-me que imperou um grande silêncio sob o tema o qual somente seria rompido quando das discussões dos anos de 1980 e 1990 sobre o novo Código de Ética e sobre as novas Diretrizes Curriculares. Mas, mesmo assim, ao nosso ver, isso se deu de forma quase protocolar. Examinando o que consideramos o periódico acadêmico de maior influência no Serviço Social – a revista Serviço Social e Sociedade – observamos que o primeiro artigo que trata explicitamente das sexualidades dissidentes foi publicado em 1999. Após este, observa-se um grande hiato temporal até a publicação de um novo artigo sobre o tema.

Definitivamente, a questão da sexualidade em geral, e das sexualidades dissidentes em particular, ficou (e em grande medida ainda está) condenada ao limbo ou ao máximo ao gueto acadêmico. Sem dúvida, mais uma vez, a criação de um GTP na ABEPSS que aborda o tema reflete um avanço na produção de maior visibilidade sobre a questão. Entretanto, novamente, esse dado não foi seguido de um aumento significativo de investimento em pesquisas sobre a questão em tela e na ampliação, nos veículos de maior valorização acadêmica – os periódicos –, do espaço para publicação dos eventuais resultados de pesquisa. Uma mudança de alguma significância em torno disso, na área do Serviço Social, vai se dar com o início da publicação da revista Gênero, ligada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2000.



É necessário destacar que a posição dos temas até aqui referidos no interior da categoria de Serviço Social guarda relação com a posição deles no interior do universo acadêmico mais amplo e, igualmente, como já assinalamos anteriormente, no contexto da sociedade brasileira como um todo.

No que toca ao universo acadêmico, ainda que ocupando lugares diferentes no limbo e no gueto, observa-se que eles ganham institucionalidade em momentos que conseguem expressar a sua importância como vetor de explicação das relações sociais como um todo. Neste sentido, não é casual que os estudos sobre a mulher/relações de gênero ganhem primeiro maior respeitabilidade uma vez que se acolhia, mesmo que timidamente, a ideia de que o patriarcado e a subjugação das mulheres era não somente uma expressão da ordem capitalista, mas também um dos seus elementos constitutivos. Destaque-se aqui que o estabelecimento, em 1991, da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), em São Paulo, na USP, que foi sua primeira grande associação científica que se deu no bojo de um encontro de grupos de pesquisa sobre essa temática e outras correlatas.

Por sua vez, a questão racial, como tema menos valorizado, terá a fundação de uma de sua associação acadêmica agregadora, cerca de dez anos depois, no final do ano de 2000, quando da criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Neste caso a ideia de que o racismo não era um apêndice da formação social brasileira, mas um dos seus elementos estruturantes, teve sua potência explicativa magnificada, senão na sociedade como um todo, ao menos no meio acadêmico.

Já a questão das sexualidades e identidades de gênero não-normativas – a meu ver aquela menos acolhida no âmbito dos estudos sobre minorias e diversidades – criará a sua entidade aglutinadora - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) – um pouco depois, em junho de 2001, legatária dos encontros realizados pelo Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense sobre “Literatura, Cultura e Homoerotismo”. Aqui, a defesa da centralidade desses temas na conformação da ordem do capital no Brasil é muito mais amena do que em relação a gênero e raça.

Reafirmamos aqui que essa dinâmica acadêmica, essa cronologia, guarda uma relação, não-linear destaque-se, com os modos de inserção dos temas aqui elencados no interior da universidade brasileira, assim como na sua aceitação como relevante e digno de suporte financeiro e político pela sociedade mais ampla. Dessa forma, por exemplo, repisamos, os estudos sobre a mulher estabeleceram-se não casualmente em primeiro lugar dada à



conjuntura internacional e nacional de reconhecimento (parcial, tenso, às vezes episódicos etc.) de sua legitimidade. Dito de outra forma, tal estabelecimento aproveitou-se das “janelas de oportunidades” tão bem estudadas por Kingdon (2003).

Ao mesmo tempo, estes estudos guardam relação, inversamente, com a franca oposição e esforços de deslegitimação (ainda correntes sobre temas mencionados neste trabalho) como bem se vê nas adesões à tese jurídica da livre defesa da honra usada na justificação da violência e mesmo assassinato de mulheres e, mais contemporaneamente, nos embates políticos relacionados à chamada “ideologia de gênero” (PINTO e OLIVEIRA, 2024).⁸

Ao mesmo tempo, a importância atribuída a cada um desses temas guarda relação com a potência detida pelos movimentos sociais engendrados pelos diferentes atores e atrizes sociais que carregam as bandeiras associadas ao combate à misoginia, ao racismo e à homofobia. De um lado, a maior capacidade de vocalização do movimento feminista (já aqui levando em consideração as suas tensões internas decorrentes das diferenças relativas, por exemplo, aos marcadores de raça e classe social); depois dele a potência vinda de longas datas da capacidade de insurreição do movimento negro nas suas diferentes vertentes; e, por último, a potência mais reduzida, entre outras coisas pela força “do armário” e a mais recente trajetória do movimento homossexual: da transição dos anos de 1970 para os anos de 1980, hoje chamado de LGBTQIAPN+.⁹

⁸ As disparidades no grau de institucionalização dos temas de pesquisa aqui destacados também podem ser vistas no número de núcleos de pesquisa inseridos no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Um singelo levantamento sobre isso, feito para a preparação deste artigo, indica um número maior de núcleos, atualizados até o dia 15 de junho do corrente ano, na seguinte sequência: gênero (213 registros); raça (127 registros) e sexualidade (84 registros). Esses números podem estar indicando o grau de institucionalização dos temas aqui destacados e condições de trabalho oferecidas para o seu funcionamento (recursos financeiros, administrativos, materiais etc.). É digno de nota que o número de grupos de pesquisa atualizados em 2025 não corresponde sequer ao número de programas de pós-graduação da área de Serviço Social existentes e em funcionamento no país hoje, que são em número de 54, conforme dados da CAPES (2025).

⁹ Vale lembrar que enquanto os dois primeiros, quando da institucionalização dos estudos sobre seus objetos de intervenção (a violência contra a mulher e o racismo generalizado, por exemplo), já possuíam uma longa história de intervenção social que remontava, em diferentes formatos, ao século XIX, o movimento homossexual brasileiro é uma invenção relativamente recente (datada, como já dissemos, da transição das décadas de 1970 para a década de 1980). Além de jovem e das tensões internas, enfrentou quase no seu nascedouro, nos seus anos iniciais, um processo de desmonte decorrente da epidemia de HIV/Aids e as associações estabelecidas entre ela e as condutas eróticas de gays, bissexuais e travestis e dos chamados “homens que fazem sexo com homens”. Tal fenômeno foi capaz de eliminar da cena política pública a quase totalidade dos grupos então existentes. Aqueles que “sobreviveram” – a exemplo do Grupo Gay da Bahia (GGB) – tiveram suas agendas modeladas e



Isso equivale a dizer que as lutas que envolvem esses temas expressam a resistência de grupos historicamente oprimidos diante de uma sociabilidade capitalista excludente, patriarcal, heteronormativa, racista e capacitista, conforme destaca Oliveira (2024). Essas lutas não ocorrem de forma isolada, mas se entrelaçam às disputas por direitos, reconhecimento e redistribuição (Fraser, 2003), desafiando estruturas de poder consolidadas.¹⁰

No campo da diversidade, os movimentos sociais vêm pautando o reconhecimento das múltiplas identidades étnico-raciais, culturais e territoriais, com ênfase na valorização dos saberes de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais. Ao fazê-lo, tem denunciado o epistemicídio e o racismo institucional, exigindo políticas públicas antirracistas, inclusivas e territorializadas, o que nos coloca de frente com o debate sobre “diversidade humana”. Tal diversidade, segundo Silvana Santos (2019), deve ser compreendida como um elemento constitutivo da sociabilidade capitalista e não como um apêndice das questões estruturais.

Na próxima sessão avançaremos mais um pouco na discussão sobre a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais.

Os movimentos sociais e o Serviço Social no Brasil

Segundo Guimarães (2022), ao longo do século XX, o Brasil assistiu à consolidação de movimentos sociais mais organizados. Um exemplo: nos anos 1930 e 1940 surgem os primeiros movimentos feministas urbanos, articulando pautas pela cidadania das mulheres. Nos anos 1970, em plena ditadura militar, o feminismo se amplia e se conecta à luta contra a repressão política, contra a violência doméstica e pela ampliação dos direitos civis. A década de 1980 marca o fortalecimento de um feminismo negro e popular, que denuncia o racismo estrutural e a marginalização de mulheres negras e pobres.

Outro exemplo é o do movimento LGBTQIA+ que emerge com força a partir dos anos 1970, influenciado por fatores internacionais, como a Rebelião de Stonewall nos Estados Unidos (Facchini, 2005). No Brasil, a fundação do Grupo Somos (1978) é um marco inicial

muitas vezes a quase totalidade dos seus recursos direcionados para a reflexão e intervenção prática voltados para epidemia em tela.

¹⁰ Conforme destacam Abramides e Duriguetto (2014), a articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais é fundamental para a construção de um projeto profissional alinhado à emancipação humana. As lutas travadas por mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, juventudes periféricas e povos tradicionais não são fragmentos isolados, mas expressões da luta de classes que se reconfigura nos embates por “reconhecimento” e “redistribuição”.



da luta por visibilidade e direitos (Pelúcio, 2014). Com a redemocratização, nas décadas de 1980 e 1990, esse movimento passa a exigir políticas públicas, reconhecimento de uniões homoafetivas e o combate à violência contra pessoas LGBTQIA+ (Facchini; Pelúcio, 2015). No século XXI, a luta das pessoas trans ganha muita visibilidade, algo motivado pelo alto índice de homicídios delas no país.¹¹

As juventudes, historicamente marginalizadas e criminalizadas, também protagonizam diversas mobilizações. No contexto da redemocratização, jovens e estudantes organizam protestos por educação pública, contra a violência policial e por políticas de juventude (Brandão, 2007). As jornadas de junho de 2013, apesar de heterogêneas, colocaram no centro do debate a precarização das condições de vida desse segmento nas cidades e a atuação autoritária do Estado em relação a eles (Singer, 2013). Destacam-se os enfrentamentos e organizações de juventudes negras e periféricas, que denunciam o genocídio da população jovem, sobretudo negra, pelas mãos do Estado. De fato, como mostra o Atlas da Violência (IPEA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023), jovens entre 15 e 29 anos representam 53% das vítimas de homicídio no país, sendo 76,9% delas negras.

Tratemos agora de uma outra luta inserida entre aquelas em prol dos direitos humanos: a luta anticapacitista, que tem o propósito de mitigar e/ou extinguir a discriminação contra as pessoas com deficiência. De acordo com Mello (2016), os movimentos sociais que reivindicam os direitos desse grupo se tornaram mais evidentes na década de 1980, sendo 1981 considerado o ano das pessoas com deficiência; porém, essa luta continua até os dias de hoje. Ganha mais visibilidade a partir dos anos 1990, com a emergência do “modelo social da deficiência”. Rompendo com a perspectiva médica que reduz a deficiência a uma condição individual, esse movimento afirma que o capacitismo é uma forma de opressão baseada em normas corporais e cognitivas impostas pelo sistema capitalista.

Para Arantes, (2019, p. 18), as barreiras sociais e atitudinais reproduzem e acentuam discriminações e desigualdades que atravessam diversas dimensões da vida das pessoas com deficiência. É por isso que a pauta da não discriminação dessas pessoas e não produção de preconceitos está presente no projeto ético-político profissional do Serviço Social e, portanto, deve perpassar cotidianamente o processo de trabalho de assistentes sociais nas políticas

¹¹ A Associação Nacional de Travestis e Transexuais evidencia que o Brasil segue como o país que mais mata pessoas trans no mundo, com 145 assassinatos em 2023 (ANTRA, 2024).



sociais e nas suas articulações com entidades e movimentos sociais de luta por direitos e pela superação das relações sociais calcadas na exploração.

Com a Constituição de 1988, movimentos sociais de diversas frentes conquistaram importantes avanços em termos de reconhecimento legal e direitos. Entretanto, a partir da década de 1990, com o avanço de pautas neoconservadoras e o desmonte de políticas públicas, essas conquistas passaram a ser duramente atacadas. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social se mostra estratégica para apoiar, acompanhar e articular essas lutas, reafirmando seu projeto ético-político comprometido com a emancipação humana.

A categoria das/os assistentes sociais têm assumido, especialmente desde o Código de Ética de 1993, o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, o que implica enfrentar toda forma de opressão e desigualdade. Tal compromisso é reiterado nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) e nas ações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), como demonstrado na publicação “Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais” (CFESS/ABEPSS, 2009), que reafirma a centralidade da formação crítica na defesa dos direitos sociais.

Todavia, foi somente a partir de 2009 que a ABEPSS iniciou uma mobilização mais sistemática pela inclusão de certas temáticas centrais à realidade social brasileira e caras ao projeto ético-político da profissão na formação profissional e nas atividades de investigação. Nesse contexto, foram criados os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) que, organizados por áreas, buscaram dinamizar a formação e fomentar a produção de conhecimento crítico. Um desses grupos foi voltado às relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, e teve sua criação aprovada por unanimidade durante o XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em dezembro de 2014. Entre suas contribuições, destaca-se a defesa da inclusão de, no mínimo, um componente curricular obrigatório nos cursos de graduação que aborde criticamente tais temáticas como dimensões estruturantes da questão social.

Essa diretriz decorre da compreensão de que compreender e intervir sobre as expressões da questão social exige do profissional de Serviço Social uma formação comprometida com a justiça social e com a diversidade humana, tal como previsto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2022), que reforçam o vínculo entre formação crítica e compromisso com os direitos humanos.



Avanços significativos também ocorreram na regulamentação do exercício profissional que incidiram nas e foram derivadas das relações entre o Serviço Social, grupos socialmente minoritários e movimentos sociais. A partir de 2006, o conjunto CFESS/CRESS publicou uma série de resoluções que se tornaram referências na luta contra a discriminação: a Resolução n.º 489/2006, que veda condutas discriminatórias por orientação sexual no exercício profissional; e a Resolução n.º 615/2011, que garante o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos profissionais. Tais medidas foram impulsionadas por articulações com movimentos sociais e por uma crescente consciência crítica na categoria.

Em 2016, o CFESS lançou a coleção de cartilhas *Assistentes sociais no combate ao preconceito*, abordando temas como racismo, transfobia, xenofobia e o estigma das drogas, configurando uma referência normativa e pedagógica que fortalece a práxis antirracista, antipatriarcal e anticapacitista.

Mais recentemente, em 2022, o CFESS publicou o Manifesto em Defesa da Vida e da Democracia, reiterando seu compromisso com os direitos de pessoas LGBTQIA+, com a luta antirracista, com os povos indígenas e quilombolas, com o respeito à pluralidade geracional e à luta anticapacitista. Esse posicionamento foi reafirmado em campanhas como a do Dia da Visibilidade Trans (janeiro de 2024), em que o Conselho chamou atenção para o papel das(os) assistentes sociais no acolhimento e na defesa da dignidade de pessoas trans e travestis, frente a um contexto alarmante de violência e violações de direitos (ANTRA, 2024).

Além disso, o debate sobre envelhecimento e gerontologia crítica vem ganhando espaço na profissão, com ênfase em práticas interseccionais que combatem o etarismo e reconhecem os impactos do racismo e do patriarcado sobre o envelhecimento de mulheres negras (Arantes, 2019). Da mesma forma, a perspectiva anticapacitista tem se consolidado, sobretudo com o fortalecimento do modelo social da deficiência. Trabalhos como o de Diniz (2007) e Mello (2016) têm orientado práticas profissionais voltadas ao enfrentamento das barreiras sociais, culturais e institucionais impostas às pessoas com deficiência.

Por fim, a ampliação das pesquisas e da produção acadêmica crítica tem contribuído para consolidar essas temáticas como dimensões permanentes da formação e da intervenção profissional, numa perspectiva que articula ética, política e conhecimento. O Serviço Social, ao reconhecer essas múltiplas formas de opressão como parte da totalidade social, reafirma seu compromisso com a transformação da realidade e com a construção de uma sociedade livre de exploração e preconceitos.



Para a ABEPSS (2022), compreender a historicidade dessas lutas é reconhecer que os sujeitos oprimidos, ao longo de décadas, resistiram e construíram alternativas coletivas, mesmo sob intensas condições de exploração, dominação e exclusão. É nessa trajetória que o Serviço Social se insere, construindo uma práxis comprometida com a transformação social e com a radicalização da democracia.

Essas lutas têm se articulado com o Serviço Social brasileiro que reconhece, em seu projeto ético-político, o compromisso com a emancipação humana e a defesa intransigente dos direitos humanos. Ao incorporar essas pautas, a profissão reafirma sua atuação crítica diante das múltiplas expressões da questão social, construindo alianças com os movimentos sociais na luta por uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva.

Considerações Finais

A defesa dos direitos humanos e sociais no Serviço Social exige o reposicionamento político das(os) profissionais diante das querelas contemporâneas. A atuação crítica não pode se limitar à denúncia, mas deve articular-se à construção de processos coletivos de resistência e emancipação (Guimarães, 2023).

A ABEPSS (2022) reforça que a formação profissional deve incorporar as lutas sociais como elemento constitutivo do processo educativo, potencializando a articulação com os movimentos populares na defesa do projeto ético-político da profissão. Assim, o Serviço Social, ao articular sua prática às demandas e às lutas dos grupos historicamente oprimidos, reafirma seu compromisso ético e político com a radicalização da democracia e a construção de uma sociedade livre de exploração, opressões e preconceitos. A centralidade da diversidade, da equidade de gênero, da valorização das sexualidades dissidentes, do respeito às gerações e da luta anticapacitista deve ser uma dimensão permanente na formação, na pesquisa e na intervenção profissional das(os) assistentes sociais.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares da Formação em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**. Brasília: ABEPSS, 2025. Disponível em: <https://www.abepss.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.



RELEM – Revista Eletrônica Mutações
©by Ufam/Fic/Icsez

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê: **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2023**. Brasília: ANTRA, 2024.

ARANTES, Juliana Sampaio. Envelhecimento, gênero e interseccionalidade: o que o Serviço Social tem a ver com isso? **Revista Katálysis**, v. 22, n. 1, p. 14–22, 2019.

BRITO, Fabiane. **Intelectuais negros/as nas universidades brasileiras**: estudo de caso da UFBA. Salvador: EDUFBA, 2018.

76

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plataforma Sucupira**: Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Manifesto em defesa da vida e da democracia**. Brasília: CFESS, 2022.

CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Brasília: CNPq, 2025. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 171-188, jun. 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010426X2002000100011&lng=p&t&nrm=iso. acessos em 30 jun. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FACCHINI, Regina; PELÚCIO, Larissa. **Direitos, reconhecimento e políticas sexuais no Brasil contemporâneo**. Campinas: UNICAMP, 2015.

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento?** Uma crítica filosófica à justiça. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.

GÓIS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de. A Questão Indígena no Debate Do Serviço Social. In: GÓIS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de (orgs). **Grupos minoritários**: histórias, lutas e políticas públicas. Rio de Janeiro: MC&G Editorial, 2023.

GUIMARÃES, Juliana. **Serviço Social e lutas sociais no Brasil**: trajetórias, impasses e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.



IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2023**. Brasília: IPEA, 2023.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. New York: Longman, 2003.

MELLO, Ana Paula Serrata. **Deficiência e Serviço Social**: reflexões sobre a prática profissional. *Serviço Social & Sociedade*, n. 125, p. 3255–3270, 2016.

NETO, João Roberto. **Modernização conservadora e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Maria de Assis. **Diversidade e Serviço Social**: desafios ético-políticos da contemporaneidade. Brasília: CFESS, 2024.

PINTO, Gabriela C. dos S.; OLIVEIRA, Rosemary R. de. Livro didático, “ideologia de gênero”, diversidade sexual e de gênero: há espaço para os direitos humanos? **Revista Gênero**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://revistas.unesp.br/genero/article/view/7452>. Acesso em: 30 jun. 2025.